

AUTISMO ADULTO E SOBRECARGA SENSORIAL EM CONTEXTOS URBANOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA

Guilherme Cosme Benedito dos Santos¹.

Psicólogo, Pós-graduação em Neuropsicologia pelo Instituto de Psicologia Aplicada e Formação Lev Vygotsky (IPAF), em Terapia Cognitivo-Comportamental e Terapia Comportamental Dialética e pós-graduando em Transtorno do Espectro Autista pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e Cofundador da INSELF Neuropsicologia Avançada. São Paulo, SP.

<http://lattes.cnpq.br/0860954452479539>

RESUMO: Este capítulo analisa como ambientes urbanos contemporâneos amplificam a sobrecarga sensorial em adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), articulando evidências provenientes da neurociência, psicologia ambiental, saúde ambiental, neuroarquitetura e estudos qualitativos em primeira pessoa. A revisão narrativa crítica, abrangendo publicações entre 2019 e 2025, demonstra que ruído, poluição visual e atmosférica, densidade populacional, iluminação agressiva e ausência de áreas restauradoras são fatores que intensificam estados de estresse, dificultam a autorregulação e reduzem a participação social de pessoas autistas. Os resultados mostram que ambientes de saúde, transporte público e espaços de grande circulação apresentam altos índices de imprevisibilidade sensorial, contribuindo para episódios de sobrecarga sensorial, shutdown e retraimento. Ao mesmo tempo, evidências sobre ambientes restauradores e projetos de arquitetura sensorialmente responsiva indicam caminhos para a criação de cidades mais inclusivas e reguladoras. Conclui-se que a acessibilidade sensorial é componente essencial da saúde ambiental e da equidade urbana, demandando políticas públicas, formação profissional e intervenções urbanísticas que reconheçam a diversidade neurológica como princípio estruturante para promover qualidade de vida no autismo adulto.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo adulto. Sobrecarga sensorial. Saúde ambiental.

ADULT AUTISM AND SENSORY OVERLOAD IN URBAN CONTEXTS: CONTRIBUTIONS TO ENVIRONMENTAL HEALTH EDUCATION AND QUALITY OF LIFE

ABSTRACT: This chapter examines how contemporary urban environments intensify sensory overload in autistic adults (Level 1), integrating evidence from neuroscience, environmental psychology, environmental health, neuroarchitecture, and first-person qualitative studies. Through a narrative critical review of publications from 2019 to 2025, the analysis demonstrates that noise, visual and atmospheric pollution, population density, harsh artificial lighting, and the scarcity of restorative spaces significantly heighten stress responses, hinder self-regulation, and reduce social participation among autistic adults. Findings indicate that healthcare facilities, public transportation, and densely populated public spaces often present high levels of sensory unpredictability, contributing to overload episodes, shutdowns, and social withdrawal. Conversely, studies on restorative environments and sensory-responsive architectural design reveal effective strategies for creating more inclusive and neurologically accommodating cities. The chapter concludes that sensory accessibility is an essential dimension of environmental health and urban equity, requiring public policies, professional training, and urban interventions that recognize neurodiversity as a foundational principle for promoting well-being and quality of life in autistic adults.

KEY-WORDS: Autistic adults. Sensory overload. Environmental health.

INTRODUÇÃO

As cidades do século XXI constituem ambientes de estimulação contínua, marcados por uma paisagem sensorial heterogênea, intensa e frequentemente desreguladora. Nas metrópoles latino-americanas, essa complexidade se intensifica. O ruído incessante do tráfego, as sirenes que irrompem de forma imprevisível, a profusão de luminosidade artificial que invade vias e estabelecimentos, a densidade populacional elevada, a convivência forçada em espaços reduzidos, a poluição atmosférica e visual, os odores urbanos e as variações abruptas de temperatura compõem um ecossistema sensorial que solicita do corpo humano uma vigilância permanente. Em termos psicológicos e ambientais, trata-se de um campo de forças que atravessa percepção, afetividade, funções executivas, comportamento e saúde mental (Arriazu-Ramos et al., 2025). Na literatura clássica da psicologia ambiental, o ambiente urbano já não é compreendido como mero pano de fundo, mas como “agente ecológico ativo” na modelagem da experiência humana, interferindo em ações, decisões e estados internos. Pesquisadores como Proshansky, Stokols e Gifford argumentaram, ao longo de décadas, que o entorno físico exerce influência constante sobre processos como atenção, vigilância perceptiva, regulação emocional, sensação de controle e identificação com o espaço. No caso dos contextos urbanos contemporâneos, marcados por densidade sensorial e imprevisibilidade, essa influência pode exceder a capacidade

adaptativa, produzindo estresse crônico, fadiga cognitiva e sensação de ameaça difusa.

Quando esse cenário é analisado à luz da neurodiversidade, especialmente no âmbito do Transtorno do Espectro Autista (TEA), ele se revela ainda mais crítico. A condição autista, longe de se resumir a aspectos comportamentais ou sociocomunicativos, envolve um conjunto complexo de particularidades neurossensoriais que modulam a forma como o indivíduo percebe, interpreta e reage ao ambiente. Harrold et al. (2024) demonstram que adultos autistas exibem maior responsividade autonômica a estímulos ambientais imprevisíveis e apresentam maior dificuldade de retorno à linha base após a exposição prolongada ao ruído. A hiperreatividade e a inundação sensorial não são meras reações exageradas, mas manifestações neurofisiológicas de um sistema perceptivo que opera com menor filtragem e maior precisão sensorial. A neurociência cognitiva reforça essa perspectiva ao evidenciar padrões de conectividade atípica nas redes de integração multissensorial, especialmente em vias auditivas e táteis. MacLennan, O'Brien e Tavassoli (2022), ao analisarem relatos de adultos autistas, mostram que a experiência sensorial urbana é descrita como um campo de estímulos simultâneos e intrusivos que “atravessam o corpo”, interrompem a linha de pensamento, fragmentam a atenção e, por vezes, inviabilizam a comunicação. Adultos autistas detalham com precisão fenomenológica esse estado de saturação, no qual cada estímulo compete por prioridade, produzindo uma sensação de colapso que pode evoluir para shutdown, ansiedade aguda ou retraimento social. A sobrecarga sensorial, nesse sentido, não se limita ao excesso de estímulos, mas envolve a incapacidade ambiental de oferecer pausas, espaços de previsibilidade e condições de regulação autonômica. A literatura de saúde ambiental, especialmente Gupta et al. (2024), argumenta que variáveis como ruído, qualidade do ar, temperatura, acesso à luz natural e verde urbano são determinantes fundamentais da saúde mental. Essa dimensão ambiental, contudo, é notoriamente ausente das discussões sobre saúde do adulto autista, que costumam se concentrar em aspectos terapêuticos ou sociocomportamentais, negligenciando o papel crucial do entorno físico.

A intersecção entre autismo adulto e saúde ambiental torna-se ainda mais evidente quando se analisam os impactos cotidianos da vida urbana. Harrold et al. (2024) demonstram que o estresse fisiológico em autistas não ocorre apenas como resposta pontual a estímulos, mas se acumula ao longo do dia, configurando um ciclo de hiperestimulação contínua que afeta o funcionamento cognitivo, o humor e a capacidade de engajamento social. De forma complementar, Silva, Drijvers e Trujillo (2025) evidenciam que a dificuldade em distinguir fala e ruído ambiente, um dos principais desafios da vida urbana, compromete atividades básicas como se deslocar, pedir informações, participar de reuniões ou acessar serviços públicos. Essa realidade revela uma camada estrutural da exclusão, a cidade, na forma como é desenhada, comunica implicitamente quem ela considera como usuário padrão. A ausência de diretrizes sensoriais, a predominância de materiais reverberantes, a iluminação agressiva, o dimensionamento inadequado de espaços de espera, a inexistência de áreas de recuperação sensorial e a falta de previsibilidade ambiental evidenciam uma lógica

urbanística centrada no corpo neurotípico.

Estudos de Albuquerque (2024; 2025) e Makanadar (2024) reforçam que a arquitetura hegemônica opera a partir de modelos de eficiência produtivista e estética comercial, negligenciando corpos que percebem, sentem e processam o ambiente de formas diferentes. Essa negligência ganha dimensão ainda mais problemática quando se analisam serviços públicos essenciais, como transportes, unidades de saúde, repartições administrativas e universidades. Strömberg et al. (2022) evidenciam que a sobrecarga sensorial e as barreiras de comunicação em ambientes clínicos comprometem diagnóstico, adesão terapêutica, interação com profissionais e até mesmo a segurança do paciente. De modo complementar, Doherty, McCowan e Shaw (2023) propõem o *Autistic SPACE framework*, demonstrando que a combinação de ruídos, odores fortes, luminosidade intensa e fluxo imprevisível em hospitais e ambulatorios pode desencadear respostas de luta ou fuga ou shutdown, transformando o próprio acesso à saúde em uma experiência potencialmente traumática para adultos autistas.

É nesse contexto que a Educação em Saúde Ambiental, eixo deste capítulo, emerge como campo estratégico para integrar conhecimentos da psicologia ambiental, neurociência, arquitetura, urbanismo e estudos da neurodiversidade. Ao compreender que ambientes saudáveis não se restringem a fatores epidemiológicos, mas incluem condições sensoriais, emocionais e ecológicas que sustentam a autorregulação, abre-se espaço para práticas interdisciplinares capazes de transformar políticas públicas, reorganizar espaços urbanos e qualificar a atenção à pessoa autista adulta. Assim, discutir sobrecarga sensorial urbana no autismo adulto significa reconhecer que a saúde não é apenas produto de intervenções clínicas, mas também de relações corporais com o espaço, de acessibilidade sensorial, de inclusão ambiental e urbana. Significa, ainda, compreender que a experiência autista não se limita aos sintomas, mas envolve modos singulares de habitar o mundo, modos que podem florescer ou serem sufocados dependendo das condições ambientais disponíveis. Diante desse escopo teórico e empírico, este capítulo se dedica a analisar como contextos urbanos intensificam a sobrecarga sensorial em adultos autistas, quais são os desdobramentos dessa dinâmica para sua saúde mental, participação social e qualidade de vida, e quais estratégias psicoeducativas, ambientais e urbanísticas podem promover ambientes mais responsivos, reguladores e inclusivos.

OBJETIVO

Este capítulo tem como objetivo analisar de forma crítica como os ambientes urbanos contemporâneos intensificam a sobrecarga sensorial em adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), não apenas como um fenômeno perceptivo, mas como resultado de dinâmicas ambientais, urbanísticas e socioculturais que estruturam a vida nas cidades. A partir de evidências da psicologia ambiental, da neurociência do processamento sensorial, da saúde ambiental, da arquitetura neurodiversa e de relatos em primeira pessoa,

argumenta-se que a sobrecarga sensorial urbana constitui um efeito sistêmico de ambientes construídos que desconsideram a diversidade neurológica. O capítulo busca, primeiro, mapear como fatores como ruído, poluição visual e atmosférica, densidade populacional, irregularidades luminosas, calor urbano, imprevisibilidade espacial e ausência de espaços restauradores funcionam como gatilhos de estresse sensorial. Em seguida, propõe caminhos para a construção de cidades mais sensorialmente acessíveis, articulando estratégias psicoeducativas, ambientais e urbanísticas que promovam autorregulação, participação social e qualidade de vida. Ao situar a discussão no campo da Educação em Saúde Ambiental, o texto sustenta que a saúde mental é inseparável das condições ambientais que moldam a experiência urbana, defendendo que a compreensão da sensorialidade autista deve atravessar políticas públicas, práticas clínicas, diretrizes de acessibilidade e planejamento urbano. Assim, o capítulo ressalta a necessidade de deslocar o foco da adaptação individual para a responsabilidade coletiva e institucional de criar ambientes mais responsivos e sensorialmente equitativos. Sua finalidade última é oferecer bases teóricas e empíricas para avançar debates sobre urbanismo inclusivo, neurodiversidade adulta e direitos sensoriais, contribuindo para cidades que acolham diferentes modos de perceber e habitar o mundo.

METODOLOGIA

A metodologia deste capítulo consiste em uma revisão narrativa crítica da literatura produzida entre 2019 e 2025, intervalo definido a partir do estudo mais antigo e do mais recente incluídos na análise. Esse recorte temporal assegura a incorporação das bases contemporâneas sobre sensorialidade no autismo adulto, iniciadas em Morgan (2019), e das contribuições mais atuais sobre saúde ambiental, arquitetura neurodiversa e psicologia ambiental publicadas até 2025. Foram examinados artigos científicos, relatórios técnicos, dissertações acadêmicas e materiais qualitativos anexados pelo autor, incluindo estudos sobre processamento sensorial no TEA adulto, pesquisas sobre estressores urbanos, diretrizes ambientais para saúde mental e evidências de design inclusivo. A leitura integral desses documentos permitiu identificar e relacionar os principais fatores ambientais associados à sobrecarga sensorial urbana, articulando conceitos provenientes da neurociência, psicologia ambiental, saúde coletiva e urbanismo. A escolha por uma revisão narrativa, e não sistemática, decorre da natureza interdisciplinar do tema e da necessidade de integrar diferentes tipos de evidências, incluindo relatos em primeira pessoa de adultos autistas. O enfoque metodológico privilegiou a síntese interpretativa, visando compreender o fenômeno a partir da interseção entre vulnerabilidades neurosensoriais individuais e condições ambientais características das cidades contemporâneas. Essa perspectiva orientou também a identificação das estratégias psicoeducativas e ambientais apresentadas ao final do capítulo, alinhadas ao campo da Educação em Saúde Ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Torna-se evidente que a sobrecarga sensorial urbana vivida por adultos com TEA não pode ser compreendida apenas como expressão de um “déficit” interno ou de uma suposta fragilidade individual. Ao contrário, os dados sugerem que o fenômeno emerge de uma combinação entre um sistema neurocognitivo que processa estímulos com maior precisão ou menor filtragem e um ambiente construído que foi historicamente pensado para um padrão neurotípico de percepção e tolerância sensorial. Isso desloca o foco explicativo da pessoa autista para a relação entre corpo, cidade e políticas de uso do espaço. Quando a literatura de psicologia ambiental descreve o ambiente urbano como um agente ativo que modela comportamento, estados afetivos e saúde mental, está implicitamente afirmando que o espaço exerce pressão sobre os corpos que o habitam. No caso de adultos autistas, a “pressão” sensorial dos contextos urbanos descrita por Arriazu-Ramos et al. (2025), combinada com a hiperreatividade documentada por Harrold et al. (2024) e Silva et al. (2025), resulta em um cenário em que a sobrecarga deixa de ser eventual para se tornar crônica. Essa cronicidade é o que Morgan (2019) nomeia *sensory burnout*, um estado de exaustão que não se resolve apenas com repouso pontual, porque decorre de um desenho ambiental que continuamente excede a capacidade de filtragem e regulação do indivíduo. Do ponto de vista da saúde ambiental, Gupta et al. (2024) lembram que ruído, poluição do ar, falta de vegetação e calor extremo são determinantes de adoecimento psíquico e somático na população geral. Quando esses fatores se combinam a um padrão de processamento sensorial atípico, a probabilidade de sofrimento psicológico aumenta sensivelmente. Nesse sentido, considerar o autismo adulto sob a lente da saúde ambiental implica reconhecer que a exposição cotidiana a contextos urbanos mal planejados produz desigualdades adicionais, ampliando o risco de ansiedade, depressão, burnout e isolamento social em pessoas autistas.

Os achados relativos aos ambientes de saúde aprofundam essa discussão, pois mostram que os próprios serviços responsáveis por cuidar da saúde frequentemente reproduzem ambientes sensorialmente hostis. A sobrecarga descrita em salas de espera, recepções e corredores hospitalares por Strömberg et al. (2022) e nos arquivos sobre experiências em saúde evidencia um paradoxo, lugares que deveriam acolher e regular funcionam, para muitos adultos autistas, como gatilhos de desorganização. Isso tem consequências diretas na prática clínica, desde consultas interrompidas por sobrecarga sensorial até abandono de tratamentos e recusa em procurar ajuda, reforçando a importância de se pensar a acessibilidade sensorial como requisito ético na organização dos serviços. As contribuições da arquitetura neurodiversa e da neuroergonomia ajudam a tensionar mais uma dimensão, a do design baseado em evidências. Albuquerque (2024; 2025), Makanadar (2024) e Ho (2020) mostram que quando variáveis como acústica, iluminação, conforto térmico, layout e circulação são planejadas levando em conta a diversidade sensorial, há ganhos significativos não só para pessoas neurodivergentes, mas para toda a população usuária. Isso reforça a ideia de que a inclusão sensorial não é um luxo ou uma concessão

pontual, mas um princípio de qualidade ambiental que pode favorecer produtividade, bem-estar e segurança de forma ampla.

Em outras palavras, ambientes sensorialmente mais acolhedores não apenas reduzem a sobrecarga sensorial em autistas, mas produzem contextos mais humanizados de modo geral. Ao mesmo tempo, a literatura revisada evidencia que não basta propor intervenções pontuais, como distribuição de fones de ouvido ou criação de pequenas salas de retirada. Embora estratégias individuais tenham valor na autorregulação, há o risco de reforçar uma lógica em que a pessoa autista é sempre aquela que deve se ajustar, adaptar e se proteger, enquanto a cidade permanece inquestionada. Quando os relatos em primeira pessoa descrevem a necessidade de planejar cada deslocamento, evitar determinados horários, recusar convites e limitar a circulação por medo da sobrecarga, o que está em jogo é uma forma de segregação silenciosa, a cidade torna-se habitável apenas sob condições altamente controladas, o que restringe autonomia, espontaneidade e participação. Nesse ponto, a discussão precisa incorporar uma perspectiva de equidade ambiental e de direitos sensoriais. Se determinados grupos populacionais são sistematicamente expostos a ambientes mais barulhentos, mais poluídos e menos previsíveis, como ocorre em muitos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras, e se, dentro desses grupos, pessoas com TEA enfrentam risco ainda maior de sobrecarga, então há uma sobreposição de vulnerabilidades que não pode ser ignorada. Políticas públicas de mobilidade, habitação, uso do solo e equipamentos de saúde precisam considerar a dimensão sensorial como um eixo de equidade. Acessibilidade sensorial, nesse sentido, não é apenas uma questão técnica, mas uma categoria política que interroga quem tem direito a uma cidade habitável.

A integração com o campo da Educação em Saúde Ambiental, eixo do congresso em que este capítulo se insere, oferece um caminho promissor para transformar essas evidências em ação. Ao formar profissionais capazes de reconhecer sinais de sobrecarga sensorial, compreender seus determinantes ambientais e propor ajustes contextuais, amplia-se a possibilidade de intervenções que não se limitem ao consultório, mas alcancem escolas, unidades de saúde, serviços públicos, ambientes de trabalho e espaços culturais. Programas educativos que incluam conteúdos sobre neurodiversidade, sensorialidade e ambiente podem contribuir para reduzir o estigma, qualificar o atendimento e fomentar iniciativas de co-projeto com pessoas no espectro autista, valorizando seus saberes experienciais. Por fim, a discussão aponta para a necessidade de pesquisa aplicada que teste, em contextos brasileiros concretos, o impacto de intervenções sensoriais em diferentes escalas, desde micro adaptações em salas de espera até projetos de praças, parques e sistemas de transporte. Estudos como os de Manning et al. (2023) já indicam a carência de evidências robustas sobre o que funciona de fato em termos de design inclusivo para autistas, o que reforça a importância de parcerias entre universidades, coletivos de pessoas autistas, gestores públicos e profissionais de arquitetura e saúde. Só assim será possível avançar de um diagnóstico crítico, que identifica a cidade como amplificadora de sobrecarga, para a construção de cidades sensorialmente responsivas, que reconheçam e

acolham diferentes modos de perceber e habitar o espaço.

Em síntese, a discussão dos resultados reafirma a tese central deste capítulo, a sobrecarga sensorial em adultos autistas nos contextos urbanos é, ao mesmo tempo, um fenômeno neurocognitivo e ambiental, individual e estrutural, clínico e político. Responder a essa realidade implica deslocar o eixo da “adaptação do sujeito” para a “responsabilidade do ambiente”, integrando neurodiversidade, saúde ambiental, urbanismo e educação em saúde em um mesmo horizonte ético, o de construir cidades onde seja possível existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste capítulo confirmam que a sobrecarga sensorial vivenciada por adultos com TEA nos contextos urbanos decorre menos de características individuais e mais da inadequação dos espaços urbanos às particularidades do processamento sensorial autista. Elementos como ruído constante, poluição visual, densidade populacional elevada, iluminação agressiva e escassez de áreas restauradoras surgem como fatores centrais na amplificação do estresse sensorial e na redução da capacidade de autorregulação. Esses resultados dialogam diretamente com o objetivo proposto, evidenciando que a qualidade de vida de adultos autistas depende de ambientes que reconheçam e acomodem suas necessidades perceptivas e cognitivas. As contribuições da psicologia ambiental, da neurociência e da neuroarquitetura demonstram que ajustes ambientais relativamente simples, como controle acústico, iluminação modulável, maior previsibilidade espacial e incorporação de elementos naturais, produzem impacto significativo na redução de episódios de sobrecarga e na melhoria da experiência urbana. De modo convergente, os relatos em primeira pessoa analisados reforçam que ambientes mais estáveis, reguladores e sensorialmente gentis favorecem maior autonomia, segurança e participação social de adultos autistas. Conclui-se, portanto, que a promoção da acessibilidade sensorial deve ser compreendida como uma dimensão fundamental da saúde ambiental e da equidade urbana. Para que adultos autistas possam habitar a cidade de forma plena, é necessário deslocar o foco da adaptação exclusiva do indivíduo para a responsabilidade coletiva de construir espaços urbanos mais previsíveis, inclusivos e reguladores. Assim, este capítulo reafirma a necessidade de políticas públicas, práticas educativas e diretrizes urbanísticas que incorporem a diversidade neurológica como princípio estruturante, contribuindo para cidades mais humanizadas e sensorialmente responsivas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ciro Férrer Herbster. **Arquitetura neurodiversa para mentes disruptivas**: contribuições da neurociência para projetos salutogênicos e inclusivos no ambiente de trabalho. *Blucher Design Proceedings*, v. 12, p. 512-523, 2024. In: X Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído e XI Seminário Brasileiro de Acessibilidade

Integral. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/eneac2024-826653>.

ALBUQUERQUE, Ciro Férrer Herbster; RIBEIRO, Teresa Patrícia Fernandes. **Neuroergonomia, arquitetura inclusiva e saúde mental**: projetando ambientes de trabalho responsivos à neurodiversidade. *Aracê*, v. 7, n. 3, p. 12241-12264, 2025. DOI: 10.56238/arev7n3-121. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3825>. Acesso em: 15 nov. 2025.

ARRIAZU-RAMOS, A. et al. **Health impacts of urban environmental parameters**: a review of air pollution, heat, noise, green spaces and mobility. *Sustainability*, v. 17, n. 10, p. 4336, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/su17104336>.

BARRON, Sara; RUGEL, Emily J. **Tolerant greenspaces**: designing urban nature-based solutions that foster social ties and support mental health among young adults. *Environmental Science & Policy*, v. 139, p. 1-10, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2022.10.005>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1462901122003148>.

DOHERTY, M.; MCCOWAN, S.; SHAW, S. C. **Autistic SPACE**: a novel framework for meeting the needs of autistic people in healthcare settings. *British Journal of Hospital Medicine (London, England: 2005)*, v. 84, n. 4, p. 1-9, 2023. DOI: <https://doi.org/10.12968/hmed.2023.0006>.

DONG, W. et al. **How public urban space enhance restoration benefits through combined multisensory effects**: a systematic review. *Land*, v. 13, n. 12, p. 2018, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/land13122018>.

FINNIGAN, K. A. **Sensory responsive environments**: a qualitative study on perceived relationships between outdoor built environments and sensory sensitivities. *Land*, v. 13, n. 5, p. 636, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/land13050636>.

GUPTA, S.; BHANDARI, S. S.; GAUTAM, M.; GROVER, S. **Clinical practice guidelines on the environment and mental well-being**. *Indian Journal of Psychiatry*, v. 66, supl. 2, p. S372-S390, jan. 2024. DOI: 10.4103/indianjpsychiatry.indianjpsychiatry_792_23.

HARROLD, A.; KEATING, K.; LARKIN, F.; SETTI, A. **The association between sensory processing and stress in the adult population**: a systematic review. *Applied Psychology: Health and Well-Being*, v. 16, n. 4, p. 2536-2566, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1111/aphw.12554>.

MACLENNAN, K.; O'BRIEN, S.; TAVASSOLI, T. **Em nossas próprias palavras**: as experiências sensoriais complexas de adultos autistas. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 52, p. 3061-3075, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10803-021-05186-3>.

MACLENNAN, K. et al. **"It Is a Big Spider Web of Things"**: sensory experiences of autistic adults in public spaces. *Autism in Adulthood*, v. 5, n. 4, p. 411-422, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1089/aut.2022.0024>.

MAKANADAR, Ashish. **Neuro-adaptive architecture**: buildings and city design that respond

to human emotions and cognitive states. *Research in Globalization*, v. 8, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.resglo.2024.100222>. ISSN 2590-051X.

MANNING, Catherine; WILLIAMS, Gemma; MACLENNAN, Keren. **Sensory-inclusive spaces for autistic people: we need to build the evidence base.** *Autism*, v. 27, n. 6, p. 1511-1515, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/13623613231183541>.

MORGAN, Heidi. **Connections between sensory sensitivities in autism:** the importance of sensory friendly environments for accessibility and increased quality of life for the neurodivergent autistic minority. *PSU McNair Scholars Online Journal*, v. 13, n. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15760/mcnair.2019.13.1.11>.

SILVA, E. S.; DRIJVERS, L.; TRUJILLO, J. P. **Exploring auditory perception experiences in daily situations in autistic adults.** *Autism*, v. 0, n. 0, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/13623613251391492>.

STRÖMBERG, M.; LIMAN, L.; BANG, P.; IGELSTRÖM, K. **Experiences of sensory overload and communication barriers by autistic adults in health care settings.** *Autism in Adulthood*, v. 4, n. 1, p. 66-75, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1089/aut.2020.0074>